

CONTRATO Nº 2019/005 QUE ENTRE SI CELEBRAM O **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**, E A EMPRESA **INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES EIRELI.**, PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA, PARA AS UNIDADES DO BANCO DO NORDESTE LOCALIZADAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

O **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**, Sociedade de Economia Mista, integrante da Administração Pública Federal Indireta, com sede em Fortaleza-CE, na Av. Dr. Silas Munguba, nº 5.700 - Passaré, CEP: 60.743-902, inscrito no CNPJ sob nº 07.237.373/0001-20, doravante denominado **CONTRATANTE** ou **BANCO**, e de outro lado a empresa **INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES EIRELI.**, com sede em Natal - RN, situada na Rua Desembargador Sinval Moreira Dias, nº 1.712, Nova Descoberta, CEP: 59.075-340, inscrita no CNPJ sob o 04.008.185/0001-31, doravante denominada **CONTRATADO**, têm entre si, justa e avençada a execução dos serviços objeto deste Instrumento, sob o regime de empreitada por preço global, vinculada ao Edital de Pregão Eletrônico, nº 2018/085, de 27/11/2018, seus Anexos e à proposta de preço, s/nº, de 18/12/2018, revalidada em 21/01/2019, nos termos das Leis nº 13.303/16 e 10.520/2002, dos Decretos nº 5.450/2005 e nº 8.945/2016, e do Regulamento de Licitações e Contratos do Banco do Nordeste, mediante as Cláusulas e condições que se seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação dos serviços de Vigilância Armada Diurna, com a utilização de Unidades de Serviço (US) sem intrajornada e com intrajornada, para as Unidades do Banco do Nordeste localizadas no Estado do Rio Grande do Norte, conforme distribuição e especificações constantes do Edital, deste Instrumento e seus Anexos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS CUSTOS

O custo global estimado para o período de 30 (trinta) meses é de **R\$ 8.288.769,00 (oito milhões, duzentos e oitenta e oito mil, setecentos e sessenta e nove reais)**, sendo este composto pelo somatório dos valores abaixo discriminados, cujo(s) desembolso(s) dar-se-á(ão) com os recursos previstos em dotação orçamentária própria, sob a rubrica 00000331/000032 - SEGURANÇA E VIGILÂNCIA – SERVIÇOS DE TERCEIROS.

- I - custo mensal dos serviços, no valor de **R\$ 230.243,75** (duzentos e trinta mil, duzentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)<sup>(1)</sup>;
- II - custo mensal estimado de horas extras, no valor de **R\$ 46.048,55** (quarenta e seis mil, quarenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

(1) valor a ser faturado mensalmente.

Composição do Custo Global Estimado	Custo Mensal (R\$)	Custo para 30 (trinta) meses (R\$)
Serviços	230.243,75	6.907.312,50
Horas extras estimadas <sup>(2)</sup>	46.048,55	1.381.456,50
Custo Global Estimado para o período de 30 (trinta) meses		<b>8.288.769,00</b>

(2) Dotação máxima para pagamento de eventuais serviços extras, vinculando-se o faturamento à correspondente quantidade de horas extras efetivamente realizadas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato é de 30 (trinta) meses, com início em 1º/03/2019 e término em 31/08/2021, podendo ser prorrogado por igual período, mediante Aditivo Contratual, limitado a 60 (sessenta) meses.



- I - O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.
- II - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano deste Contrato deverão ser eliminados como condição para a renovação.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- I - O pagamento será efetuado no 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante crédito em conta corrente mantida pelo CONTRATADO em uma Agência do Banco do Nordeste, ou em outro banco/agência/conta indicado pelo CONTRATADO, **não sendo admitida cobrança por meio de boleto bancário. Ficará condicionado** à total observância deste Contrato, devendo o CONTRATADO apresentar, impreterivelmente, até o dia 20 (vinte) de cada mês, as notas fiscais/faturas em boa e devida forma.
- I.1 - A Nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal/Auxiliar designado pelo Banco, o qual somente atestará a execução do objeto e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando cumpridas, pelo CONTRATADO, todas as condições pactuadas relativas ao objeto deste Contrato.
- I.2 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o Contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Banco do Nordeste.
- I.3 - A nota fiscal/fatura deverá conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo ao CONTRATADO a sua correta emissão, em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo, ainda, constar no seu corpo:
- I.3.1 - a identificação completa do CONTRATANTE, bem como o número deste Contrato;
- I.3.2 - os valores referentes às retenções obrigatórias de tributos, devidamente destacados;
- I.3.3 - descrição detalhada de todos os itens que compõem o objeto contratado, de forma clara, indicando, inclusive, se for o caso, os valores unitários e totais e o período a que se refere, bem como, a(s) unidade(s) do BANCO contemplada(s) pelo(a) fornecimento/prestação dos serviços.
- I.4 - A nota fiscal/fatura não aprovada pelo CONTRATANTE será devolvida ao CONTRATADO para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação. A devolução da nota fiscal/fatura não aprovada pelo BANCO, em hipótese alguma, autorizará ao CONTRATADO suspender o(a) fornecimento/prestação dos serviços.
- I.5 - O CONTRATANTE fará as retenções dos tributos, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso o CONTRATADO se enquadre em hipótese excludente prevista na legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso o CONTRATADO esteja amparado por medida judicial que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos, devendo apresentar ao BANCO, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.
- II - Caso o BANCO não receba as notas fiscais/faturas até o dia **20 (vinte)** de cada mês, o pagamento será realizado no 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao do seu recebimento. A nota fiscal/fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:



II.1 - cópia das Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP, gerada e impressa pelo SEFIP - Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, acompanhadas do comprovante de pagamento do FGTS (GRF) e do INSS (GPS), devidamente autenticados ou acompanhadas do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for feito pela *Internet* e relação dos trabalhadores - RET constantes no arquivo SEFIP, constando no campo tomador/obra o Banco do Nordeste e o número do processo/contrato a que se referem os prestadores, correspondentes ao mês da última nota fiscal/fatura vencida, nominalmente identificados, na forma do caput e § 5º, do art. 31, da Lei nº 8.212, de 24/7/1991;

II.1.1 - **as comprovações deverão ser restritas aos empregados vinculados a este Contrato**, sendo vedada a inclusão de empregados alheios a execução deste Instrumento;

II.1.1.1 - caso a relação apresentada esteja em desacordo com o quantitativo de empregados alocados a este Contrato no mês de referência, fica o Contratado obrigado a apresentar a devida justificativa.

II.2 - do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal/fatura que tenha sido paga pelo Banco do Nordeste.

III - Previamente a cada pagamento ao CONTRATADO, o CONTRATANTE realizará consulta ao SICAF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para verificar a manutenção das condições de habilitação.

III.1 - Constatando-se a situação de irregularidade, o Contratado será notificado formalmente para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Unidade Gestora deste Contrato.

III.2 - O pagamento será efetuado normalmente, desde que tenha ocorrido a prestação do serviço.

III.3 - Quando o Contratado possuir débitos perante o INSS, FGTS e Justiça do Trabalho decorrentes de descumprimento de direitos assegurados aos empregados com dedicação exclusiva de mão de obra vinculados a contrato celebrado com o Banco, deve ser retido do pagamento o valor do débito relativo aos empregados alocados na execução do contrato, sendo a apuração do valor a ser retido de responsabilidade da Unidade Gestora do Contrato.

III.4 - Persistindo a irregularidade de que trata o Inciso III.1, a Unidade Gestora deste Contrato adotará as medidas necessárias à rescisão contratual com base em processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa e o contraditório.

III.5 - Somente por motivo de economicidade, ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado e autorizado pela máxima autoridade do Banco, não será rescindido o Contrato em execução com o Contratado inadimplente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, e mediante pedido do CONTRATADO, o valor devido será acrescido de encargos moratórios, a título de compensação financeira e penalização, apurados conforme a seguir:

**EM =  $I \times N \times P$** , onde:

**EM** = Encargos Moratórios Devidos;

**I** = Índice de atualização = 0,0001233;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**P** = Valor devido.





## **CLÁUSULA QUINTA - DA REPACTUAÇÃO**

Os preços dos serviços contratados poderão ser repactuados, desde que solicitado pelo CONTRATADO, mediante demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, observado o interregno mínimo de um ano, da data do orçamento a que a proposta se referir **(FEVEREIRO/2018)**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Considerar-se-á como data do orçamento a data da Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o **SIND DAS EMP DE VIGILANCIA SEG E TRANS DE VALORES DO RN** e o **SIND INT DOS TRAB VIG EM EMP DE VIG E SEG PRIV, MONIT. ELET, AG TATICO MOVEL-ATM, VIG. ORG, CURSOS DE FORM DE VIG, VIGIAS E CINOFILOS DO RN-SINDSEGUR**, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A repactuação poderá contemplar todos os componentes de custo deste Contrato que tenham sofrido variação, desde que haja demonstração analítica dessa variação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de repactuações subsequentes à primeira, essas somente dar-se-ão a cada 12 (doze) meses da anterior (data do orçamento).

**PARÁGRAFO QUARTO** - Não serão admitidos como justificativas para embasar pedidos de revisão contratual eventuais reajustes salariais concedidos pelo CONTRATADO a seus empregados, em razão de Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo cujos termos colidam com a política econômica do Governo Federal, ou que concedam aumentos salariais e/ou vantagens não praticadas por outros setores da economia.

**PARÁGRAFO QUINTO** - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, convenção, acordo coletivo ou decisão judicial.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Quando da solicitação da repactuação, para fazer jus à variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo CONTRATADO do aumento dos custos, considerando-se:

- I - os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração Pública Federal;
- II - as particularidades deste Contrato;
- III - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- IV - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros documentos equivalentes.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

**PARÁGRAFO OITAVO** - As repactuações a que o CONTRATADO fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência deste Contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento deste Contrato.

**PARÁGRAFO NONO** - Caso ainda não tenham sido finalizados a convenção, o acordo coletivo ou a decisão judicial que fixar o salário normativo da categoria profissional abrangida por este Contrato, quando da eventual prorrogação de sua vigência, o CONTRATADO, quando for o caso, deverá ressaltar seu direito à repactuação dos preços, sob pena de preclusão.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O Banco do Nordeste poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pelo CONTRATADO.

## **CLÁUSULA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

Durante a vigência deste Contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada, sistematicamente, pelo representante do CONTRATANTE, designado pelo titular ou substituto formal do **Ambiente de Serviços de Logística**, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.



- I - Caberá ao fiscal/auxiliar deste Contrato o recebimento da nota fiscal/fatura apresentada pelo CONTRATADO, a devida atestação dos serviços e aposição de assinatura sob carimbo identificador, para fins de liquidação e pagamento.
- II - A atestação referida na alínea anterior representa a confirmação da efetiva prestação dos serviços e o total cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO.
- III - A liquidação e pagamento da nota fiscal/fatura apresentada observará o disposto na **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES** deste Instrumento, quando for o caso.
- IV - O representante do CONTRATANTE anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Instrumento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- V - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante serão solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O CONTRATADO deverá indicar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da assinatura deste Contrato, preposto para representá-lo administrativamente durante a execução contratual, sempre que for necessário.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A indicação do preposto dar-se-á mediante declaração, na qual deverá constar nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O CONTRATADO deverá considerar a necessidade de o indicado tratar-se de profissional apto a esclarecer as questões relacionadas aos serviços prestados, com qualificação adequada à função que exercerá.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O BANCO poderá exigir a apresentação do preposto do CONTRATADO na Unidade responsável pela fiscalização deste Contrato, a ser realizada no prazo de 10 (dez) dias úteis contado da sua assinatura, objetivando tratar de assuntos pertinentes à execução contratual, ou, caso considere necessário, poderá exigir a apresentação a qualquer tempo dentro da vigência contratual, fixando prazo para tanto.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O CONTRATADO orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do BANCO, devendo cuidar para que o preposto mantenha permanente contato com a Unidade responsável pela fiscalização deste Contrato, com vistas à adoção das providências que lhe couberem relativas à execução dos serviços.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A qualquer momento da vigência contratual, o BANCO poderá rejeitar, motivadamente, o preposto indicado pelo CONTRATADO.

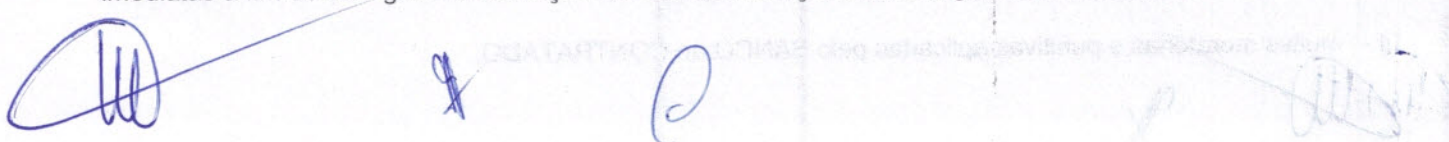
**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O preposto que venha a ser rejeitado pelo BANCO deverá ser substituído pelo CONTRATADO no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da comunicação, ressalvado o disposto nos **PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO**.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS**

O CONTRATANTE exigirá supervisão dos serviços, cabendo ao CONTRATADO acompanhar a execução dos mesmos. O CONTRATANTE, por sua vez, exercerá ampla fiscalização dos serviços, sem que o exercício dessa faculdade envolva, a qualquer tempo, anuência ou co-responsabilidade de sua parte, para com o CONTRATADO ou os empregados desta, registrando-se as ocorrências verificadas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O CONTRATANTE comunicará imediatamente ao CONTRATADO qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços, de modo a permitir prontamente as providências cabíveis.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Na hipótese do Parágrafo anterior, o CONTRATADO adotará providências imediatas a fim de assegurar a execução normal dos serviços sem solução de continuidade.





**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No uso dessa prerrogativa, o CONTRATANTE poderá exigir a imediata substituição do empregado do CONTRATADO que se achar em condição ou atitude incompatível com a natureza do serviço prestado.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Conforme o serviço prestado, os funcionários do CONTRATADO poderão receber código de identificação e autorizações de acesso aos sistemas e aos recursos da rede corporativa do CONTRATANTE. A tentativa ou concretização de acesso não autorizado será motivo de imediato desligamento do funcionário do CONTRATADO.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, o CONTRATADO deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério do BANCO, a contar do início da vigência deste Contrato, comprovante de prestação de garantia de execução equivalente a 5% (cinco por cento) do preço global contratado, na modalidade **SEGURO GARANTIA**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O seguro-garantia é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.

I - A apólice do seguro-garantia deve conter o prazo de validade, correspondente ao período de vigência deste Contrato, acrescido de mais 3 (três) meses, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência deste Contrato, sempre se mantendo os 3 (três) meses após a última data de vencimento deste Contrato.

II - O seguro deve efetuar a cobertura de todo o prazo contratual, contemplando a cobertura dos riscos de inadimplemento pelo CONTRATADO dos encargos tributários, trabalhistas e sociais e ressarcimento das multas impostas ao CONTRATADO, até o limite da garantia.

II.1 - Não será aceita a apólice de seguro que contenha ressalvas quanto à cobertura dos riscos mencionados.

III - A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram.

IV - A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos ao BANCO em decorrência da má execução deste Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A inobservância das condições de garantia sujeitará o CONTRATADO às penalidades previstas neste Contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A qualquer tempo, mediante prévia solicitação ao BANCO, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas no Regulamento de Licitações e Contratos do Banco do Nordeste.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A não apresentação do comprovante da garantia, no prazo previsto no caput desta Cláusula, caracteriza descumprimento da obrigação assumida, sujeitando o CONTRATADO às sanções administrativas cabíveis.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o BANCO a promover a rescisão deste Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições deste Contrato, ficando o Banco do Nordeste autorizado a executá-la para cobrir o pagamento das obrigações abaixo e de qualquer outra obrigação, inclusive em caso de rescisão.

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto deste Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II - prejuízos causados ao BANCO ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução deste Contrato;

III - multas moratórias e punitivas aplicadas pelo BANCO ao CONTRATADO;



IV - obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pelo CONTRATADO.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A perda da garantia em favor do BANCO, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste Contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Quando houver alteração contratual que implique aumento do preço contratado, a garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, de modo que corresponda a **5% (cinco por cento)** do preço global contratado. No caso de alteração contratual, que configure decréscimo, a alteração na garantia para adequação ao novo valor ocorrerá mediante solicitação do CONTRATADO, respeitado o percentual de 5% (cinco por cento) do novo preço global contratado.

**PARÁGRAFO NONO** - Se o valor da garantia for utilizado pelo CONTRATANTE em pagamento de quaisquer obrigações, inclusive multas contratuais ou indenização a terceiros, o CONTRATADO fica obrigado a fazer a reposição, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data do recebimento da comunicação do Banco do Nordeste.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A garantia prestada ou a parte remanescente somente será liberada ou restituída após 3 (três) meses do término ou rescisão deste Contrato, desde que integralmente cumpridas as obrigações assumidas neste Instrumento, mediante solicitação do CONTRATADO ou a autorização da unidade gestora/fiscalizadora deste Contrato, ante a comprovação de que o mesmo pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes desta contratação. Caso o referido pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pelo Banco do Nordeste.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Na hipótese do **PARÁGRAFO DÉCIMO**, a garantia somente será liberada com a declaração da unidade gestora/fiscalizadora deste Contrato, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas deste Contrato. Após a efetiva devolução ao CONTRATADO, a garantia será considerada extinta.

#### **CLÁUSULA NONA - DA CONTA VINCULADA**

Os valores provisionados para o pagamento dos encargos trabalhistas em relação à mão-de-obra do CONTRATADO serão destacados do valor mensal deste Contrato e depositados em conta vinculada específica no Banco do Nordeste, bloqueada para movimentação e aberta em nome do CONTRATADO.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A movimentação da conta vinculada dependerá de autorização do Banco do Nordeste e será feita exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

ITEM	PERCENTUAL (%)
13º (décimo terceiro) salário	8,33
Férias e 1/3 Constitucional	11,11
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	4,00
<b>Subtotal</b>	<b>23,44</b>
Incidência sobre férias, 1/3 constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	7,24
<b>Total</b>	<b>30,68</b>

\* Considerando a alíquota de contribuição 3,46%, referente aos **RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO (RAT)** (Art. 22, Inciso II, da Lei nº 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.957/09) x **FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO (FAP)** (Decreto 6.957/09).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O Banco do Nordeste determinará os termos para a abertura da conta corrente vinculada.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A assinatura deste Contrato será precedida dos seguintes atos:



I - abertura de conta corrente vinculada no Banco do Nordeste, bloqueada para movimentação, em nome do CONTRATADO, conforme disposto no *Caput* desta CLÁUSULA;

II - assinatura, pelo CONTRATADO, no ato da regularização da conta corrente vinculada, de termo específico do Banco do Nordeste, que permita ao mesmo ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice da poupança.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no **PARÁGRAFO SEGUNDO** desta Cláusula, depositados em conta vinculada, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente ao CONTRATADO.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O CONTRATADO poderá solicitar a autorização do CONTRATANTE para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência deste Contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Para a liberação dos recursos da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência deste Contrato, o CONTRATADO deverá apresentar ao CONTRATANTE os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento de indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, O CONTRATANTE expedirá a autorização para a movimentação da conta vinculada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pelo CONTRATADO.

**PARÁGRAFO NONO** - A autorização de que trata o **PARÁGRAFO SÉTIMO** desta Cláusula deverá especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento das indenizações trabalhistas aos trabalhadores favorecidos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O CONTRATADO deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - O saldo remanescente da conta vinculada será liberado ao CONTRATADO, no momento do encerramento deste Contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

I - Para garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas deverão ser observadas as seguintes regras:

I.1 - provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores do CONTRATADO, que serão depositados pelo Banco do Nordeste em conta vinculada específica, conforme o disposto na **CLÁUSULA NONA**, sendo liberados somente para o pagamento dessas verbas aos trabalhadores e nas seguintes condições:

I.1.1 - parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;

I.1.2 - parcialmente, pelo valor correspondente às férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados a este Contrato;

I.1.3 - parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado a este Contrato;

I.1.4 - ao final da vigência deste Contrato, para o pagamento das verbas rescisórias;

I.2 - o pagamento dos salários dos empregados pelo CONTRATADO deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços;

I.3 - o CONTRATADO deverá, no momento da assinatura do Contrato, autorizar o Banco do Nordeste a:



I.3.1 - reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista no **PARÁGRAFO DÉCIMO** da **CLÁUSULA OITAVA**;

I.3.2 - fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

II - O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do Contrato, após a comprovação, por parte do CONTRATADO, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INTEGRIDADE, DA CONDUTA ÉTICA E DOS PROCEDIMENTOS ANTICORRUPÇÃO**

A plena execução do objeto deste Contrato pressupõe, além do cumprimento das cláusulas e condições definidas neste Instrumento, a observância por parte do CONTRATADO de procedimento de integridade, conduta ética e adoção de procedimentos anticorrupção na execução dos serviços, atendendo integralmente ao que dispõe a Lei nº 12.846/13. Para tanto, o CONTRATADO:

I - para fins da presente cláusula, **DECLARA**:

I.1 - ter ciência de que o disposto na Lei nº 12.846/13 aplica-se ao presente Contrato;

I.2 - ter pleno conhecimento do que dispõe a Lei nº 12.846/13, em especial no que se refere à prática de atos lesivos à Administração Pública, tendo ciência da responsabilização administrativa e civil a que ficará sujeito na hipótese de cometimento de tais atos, além das penalidades aplicáveis, nos termos da referida Lei;

I.3 - ter ciência de que a prática de atos lesivos à Administração Pública, definidos no art. 5º da Lei nº 12.846/13, sujeitá-lo-á à aplicação das sanções previstas na referida Lei, observados o contraditório e a ampla defesa;

II - fica obrigado a:

II.1 - cumprir fielmente o disposto na Lei nº 12.846/13, abstendo-se do cometimento de atos lesivos à Administração pública, definidos no art. 5º da Lei retromencionada, mormente no que diz respeito a práticas corruptas e/ou antiéticas.

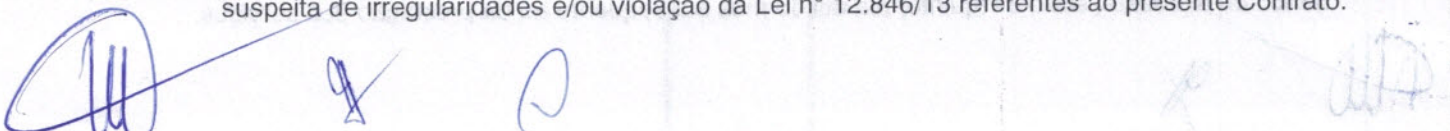
II.2 - respeitar e exigir que seus empregados respeitem, no que couber, os princípios éticos aceitos pelo Banco, na forma da Política de Integridade e Ética e do Código de Conduta Ética do BANCO, cujo teor dos referidos documentos poderá ser acessado no site [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br), no seguinte caminho: **Institucional / Sobre o Banco / Código de Conduta Ética / Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste do Brasil S/A**;

II.3 - disseminar entre seus empregados alocados na prestação dos serviços objeto deste Contrato o conhecimento sobre o disposto na Lei nº 12.846/13, de modo que seja assegurado que os mesmos entendam os termos da referida Lei e tenham consciência da relevância do tema integridade e ética na execução dos serviços;

II.4 - cuidar para que nenhuma pessoa ou entidade que atue em seu nome ou em seu benefício prometa, ofereça, comprometa-se a dar qualquer tipo de vantagem indevida, de maneira direta ou indireta, a qualquer empregado do CONTRATANTE, ou a qualquer pessoa ou entidade em nome do CONTRATANTE;

II.5 - manifestar aos seus empregados alocados na prestação dos serviços objeto deste Contrato, bem como a qualquer pessoa ou entidade que aja em seu nome, a proibição de que qualquer um deles utilize meio imoral ou antiético nos relacionamentos com os empregados do BANCO;

II.6 - cooperar com o BANCO e demais órgãos, entidades ou agentes públicos, em caso de denúncia, suspeita de irregularidades e/ou violação da Lei nº 12.846/13 referentes ao presente Contrato.





**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/13 não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de atos ilícitos alcançados pela Lei 13.303/16 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos do Banco do Nordeste, ou outras normas de licitações e contratos da Administração Pública

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Na hipótese de o BANCO admitir a subcontratação de parcela do objeto deste Contrato, o CONTRATADO ficará obrigado a inserir cláusula anticorrupção no contrato a ser celebrado com a empresa subcontratada, seguindo os moldes da redação contida nesta cláusula.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DO CONTRATADO**

- I - Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal.
- II - Não conter em seus quadros, durante toda a execução deste Contrato, empregado(s) menor(es) de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor(es) de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz(es), a partir de 14 anos, bem como trabalhadores em condições análogas à de escravo.
- III - Não incorrer em práticas que possam, de qualquer modo, contribuir para a disseminação do proveito criminoso da prostituição.
- IV - Adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, de modo a prevenir ações danosas ao meio ambiente, em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais, contribuindo para a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- V - Orientar e capacitar os prestadores de serviços, fornecendo informações necessárias para a perfeita execução dos serviços, incluindo noções de responsabilidade socioambiental.
- VI - Manter, durante toda a execução deste Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que deu origem a este Instrumento.
- VII - Não alocar, na execução direta dos serviços objeto deste Contrato, empregado ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregados do Banco do Nordeste do Brasil S.A.:
  - VII.1 - detentores de cargo comissionado que atuem em área do Banco com gerenciamento sobre o contrato;
  - VII.2 - detentores de cargo comissionado que atuem na área demandante da contratação (área gestora e fiscal deste Contrato);
  - VII.3 - detentores de cargo comissionado que atuem na área que realiza a licitação/contratação;
  - VII.4 - autoridade do Banco hierarquicamente superior às áreas supramencionadas.
- VIII - Indicar empregados que possuam experiência nos serviços que lhes couber executar, os quais deverão ser recrutados do seu quadro de pessoal, correndo por sua conta exclusiva todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, social, fiscal, bem como impostos, taxas, seguros, multas, contribuições e outros encargos que venham a incidir sobre os serviços a serem contratados ou que direta ou indiretamente com eles se relacionem, inclusive encargos decorrentes de eventuais acidentes de trabalho.
- IX - Alocar vigilantes treinados para atendimento adequado e prioritário a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme preceitua o Anexo I da Portaria 387/2006 da Polícia Federal;
  - IX.1 - apresentar comprovação do treinamento mencionado no Inciso IX, quando solicitado pelo Banco.
- X - Realizar o pagamento dos salários dos empregados alocados na prestação dos serviços via depósito bancário, na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Banco do Nordeste, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.



- XI - Apresentar, sempre que solicitado, comprovação de pagamento da remuneração dos empregados vinculados à execução deste Contrato.
- XII - Apresentar, sempre que for solicitado pelo fiscal deste Contrato, no prazo de 15 (quinze) dias contado da solicitação, Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço - FGTS de seus empregados vinculados à execução deste Contrato.
- XIII - Apresentar, no primeiro mês da prestação dos serviços, a seguinte documentação:
- XIII.1 - relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
  - XIII.2 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo CONTRATADO;
  - XIII.3 - exames médicos admissionais dos empregados do CONTRATADO que prestarão os serviços.
- XIV - Entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, sempre que solicitado pelo BANCO, os seguintes documentos:
- XIV.1 - extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério do BANCO;
  - XIV.2 - cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o BANCO;
  - XIV.3 - cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
  - XIV.4 - comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que o CONTRATADO estiver obrigado por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.
- XV - Entregar, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão deste Contrato), os documentos abaixo relacionados:
- XV.1 - termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
  - XV.2 - guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
  - XV.3 - extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
  - XV.4 - exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- XVI - Fornecer vales-transporte, quando for o caso, e vales-refeição aos empregados alocados na prestação dos serviços até o 1º (primeiro) dia útil de cada mês.
- XVII - Autorizar o Banco do Nordeste, no momento da assinatura deste Contrato, conforme modelo constante do **Anexo III** deste Instrumento, a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte do CONTRATADO, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.
- XVIII - Apresentar, sempre que solicitado, as cópias das folhas de pagamento, contracheques e outros documentos relativos aos empregados alocados na execução dos serviços contratados, bem como os comprovantes/guias de recolhimento dos impostos, contribuições e outros tributos incidentes sobre esses serviços, e também:



- XVIII.1 - Certidão Negativa de Débito Salarial;
- XVIII.2 - Certidão Negativa de infrações Trabalhistas;
- XVIII.3 - Certidão Negativa de infrações Trabalhistas à legislação de proteção à criança e ao adolescente;
- XVIII.4 - Recibo do Cadastro Geral de Empregados e desempregados - CAGED.
- XIX - Garantir e manter total e absoluto sigilo sobre as informações manuseadas, conforme consta no **Acordo de Responsabilidade para Fornecedores e Parceiros**, constante do **Anexo VIII** deste Instrumento, as quais devem ser utilizadas apenas para a condução das atividades autorizadas, não podendo ter quaisquer outros usos, sob pena de rescisão contratual e medidas cíveis e penais cabíveis.
- XX - Permitir, em caráter irrevogável e irretratável, que o Banco forneça aos órgãos e entidades municipais, estaduais e federais, voltados à administração tributária, toda e qualquer informação ou ainda documentos que lhe forem requisitados, relativos a este contrato, em cumprimento às disposições normativas vigentes.
- XXI - Apresentar declaração de vedação ao nepotismo e impedimentos, conforme modelo constante do **Anexo VI - DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS**, deste Contrato.
- XXII - Assumir inteira responsabilidade por qualquer dano porventura causado aos móveis, utensílios, softwares, máquinas e equipamentos do CONTRATANTE, ou a terceiros, bem como pelo desvio ou desaparecimento de bens, documentos ou valores de propriedade do CONTRATANTE, ou de seus funcionários, comprovadamente resultante de dolo ou culpa de seus empregados e ocorrido no horário em que o prédio estiver sob os cuidados dos seus auxiliares ou prepostos, para execução dos serviços contratados.
- XXIII - Conforme o serviço prestado por seus empregados, assumir inteira responsabilidade pelo uso indevido ou ilegal de informações privilegiadas do BANCO, através do manuseio de sistemas e manipulação de dados praticados por seus empregados.
- XXIV - Apresentar a relação dos empregados do contratado, acompanhada de declaração individual informando se possui algum parentesco com empregado do Banco, na forma do inciso VII, conforme modelos constantes dos **Anexos IV e V** deste Instrumento.
- XXV - Fornecer mensalmente, em meio magnético, até o último dia útil do mês, informações contendo nome completo, CPF, cargo ou atividade exercida, lotação e local de serviço dos empregados no Banco.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Sempre que houver admissão de novos empregados pelo CONTRATADO, os documentos elencados nos Incisos XIII.1 a XIII.3 deverão ser apresentados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas elencados nos Incisos XIII a XV poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor do BANCO.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DO CONTRATANTE**

- I - Acompanhar e fiscalizar os serviços objeto deste Contrato, exigindo que os mesmos sejam prestados dentro de elevado padrão de qualidade.
- II - Providenciar a publicação deste Instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União e na Internet, em portal mantido pelo Banco do Nordeste na forma do art. 151, do Regulamento de Licitações e Contratos do Banco do Nordeste.
- III - Atestar as notas fiscais/faturas relativas à efetiva e regular prestação dos serviços, bem como efetuar os pagamentos devidos ao CONTRATADO.
- IV - Aplicar ao CONTRATADO as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.



#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato somente poderá ser alterado por acordo entre as partes, e nos seguintes casos:

- I - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- II - quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos nos termos do art. 159, do Regulamento de Licitações e Contratos do Banco do Nordeste;
- III - quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- IV - quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- V - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- VI - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O CONTRATADO poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato para os seus acréscimos, nos termos do § 1º, do art. 159, do Regulamento de Licitações e Contratos do Banco do Nordeste.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no PARÁGRAFO PRIMEIRO, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no PARÁGRAFO PRIMEIRO.

**PARÁGRAFO QUARTO** - No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser pagos pelo Banco do Nordeste pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos do contratado, o Banco do Nordeste deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

**PARÁGRAFO OITAVO** - As alterações contratuais serão formalizadas mediante a utilização dos seguintes instrumentos:



- I - aditivo contratual, nas alterações em geral;
- II - apostilamento, no caso de reajuste de preço por índice e quando não houver alteração de cláusula contratual.

**PARÁGRAFO NONO** - No caso de apostilamento, o respectivo instrumento será assinado apenas pelo Banco do Nordeste.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES**

- I - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o BANCO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:
    - I.1 - advertência;
    - I.2 - multa de **0,5% (meio por cento)**, por dia de atraso, aplicável sobre o valor total contratado, em caso de não comprovação tempestiva, se for o caso, da instalação de filial ou escritório mencionado no subitem 9.7.3 do Edital;
    - I.3 - multa de **5% (cinco por cento)**, aplicável sobre o valor apurado para pagamento no mês em que se verificar a ocorrência faltosa, relativa à agência ou dependência onde for cometida a infração, em caso de:
      - I.3.1 - pagamento de salários após o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, atraso no pagamento das férias e 13º salário e no fornecimento de vale-refeição (que devem ser disponibilizados no 1º dia útil de cada mês), de vale-transporte e fardamenta, quando for o caso;
    - I.4 - multa de **0,07% (sete centésimos por cento)**, aplicável sobre o preço global contratado, por dia de atraso, pela inobservância do prazo fixado para apresentação ou reposição da garantia contratual, limitado a 2% (dois por cento);
    - I.5 - multa de **10% (dez por cento)**, aplicável sobre o valor apurado para pagamento no mês em que se verificar a ocorrência faltosa, relativa à agência ou dependência onde for cometida a infração, nas demais violações ou descumprimentos de cláusula(s) ou condição(ões) estipulada(s) neste Contrato;
    - I.6 - multa de **10% (dez por cento)**, aplicável sobre o preço global contratado, em caso de inexecução total deste Contrato;
    - I.7 - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o BANCO pelo prazo de até 2 (dois) anos;
  - II - A sanção prevista no Inciso I.7 desta cláusula, poderá também ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos do Banco do Nordeste:
    - II.1 - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
    - II.2 - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
    - II.3 - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o Banco do Nordeste, em virtude de atos ilícitos praticados.
- PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Ficará ainda sujeito à aplicação da sanção prevista no Inciso I.7 desta Cláusula, dentre outros, o Contratado que:
- I - apresentar documentação falsa;
  - II - ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - III - falhar ou fraudar na execução deste Contrato;



IV - comportar-se de modo inidôneo;

V - cometer fraude fiscal.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de proceder à retenção acautelatória e compensar dos pagamentos do CONTRATADO os valores previamente calculados para as multas referidas nos Incisos I.2 a I.6 desta Cláusula.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A retenção referida no parágrafo anterior poderá ser objeto de compensação, uma vez caracterizada total ou parcialmente a sanção de multa ao final do julgamento de processo administrativo, cuja abertura é previamente comunicada ao CONTRATADO para apuração da infração contratual, garantida a apresentação de sua defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**PARÁGRAFO QUARTO** - As sanções previstas nos Incisos I.2 a I.6 desta cláusula poderão ser aplicadas concomitantemente com as sanções de advertência e suspensão, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As multas poderão ser aplicadas de modo cumulativo, independente de sua quantidade.

**PARÁGRAFO SEXTO** - O valor total apurado para pagamento das multas não excederá 10% (dez por cento) do preço global deste Contrato, por cada julgamento de Processo Administrativo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO**

I - A inexecução total ou parcial deste Contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme abaixo disciplinado.

I.1 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

II - A rescisão deste Contrato poderá ser:

II.1 - unilateral, assegurada a prévia defesa;

II.2 - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**; ou

II.3 - por determinação judicial.

III - A rescisão amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

IV - Constituem motivos para rescisão unilateral deste Contrato:

IV.1 - o não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

IV.2 - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

IV.3 - o descumprimento do disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

IV.4 - a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

IV.5 - a inobservância da vedação ao nepotismo;

IV.6 - a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste instrumento contratual;

IV.7 - a constatação de que o contratado mantém, em seus quadros, trabalhadores em condições análogas à de escravo.



**PARÁGRAFO ÚNICO** - A solicitação de rescisão unilateral por parte do CONTRATADO, na forma prevista no Inciso IV desta Cláusula, deverá ocorrer mediante comunicação prévia ao CONTRATANTE, com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES COMPLEMENTARES**

No que com ele não colidir, o documento denominado **"CONDIÇÕES COMPLEMENTARES AOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA"**, uma vez autenticado pelas partes, constituirá parte integrante deste Instrumento.


**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

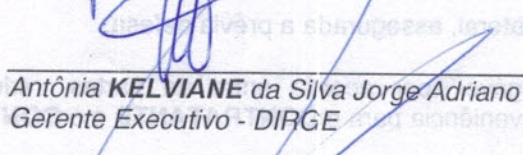
O foro deste Contrato é o da Comarca de Fortaleza-CE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão que porventura for suscitada na execução ou interpretação deste Contrato.

E por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

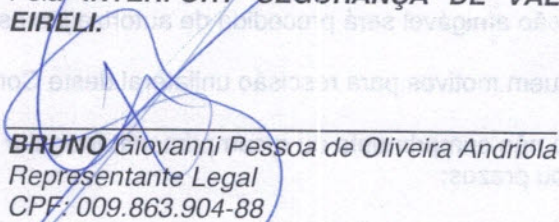
Fortaleza-CE, 22 de fevereiro de 2019.

Pelo **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**  
Ambiente de Estratégia de Suprimento de Logística  
Célula de Licitações e Contratos

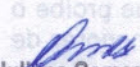
  
José **WILLIAM** Araújo Sousa  
Gerente de Ambiente


  
Antônia **KELVIANE** da Silva Jorge Adriano  
Gerente Executivo - DIRGE

Pela **INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES EIRELI.**

  
**BRUNO** Giovanni Pessoa de Oliveira Andriola  
Representante Legal  
CPF: 009.863.904-88

**TESTEMUNHAS:**

  
Maria Juliana Gomes Julião  
CPF: 026.883.133-55  
RG: 2003029081969

  
Gláucia Maria Barrocas Santos  
CPF: 381.066.553-34  
RG: 97002350605 SSP-CE



**CONDIÇÕES COMPLEMENTARES AOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA**

1. A prestação de serviços será de vigilância armada diurna de 44 horas semanais.
2. Os serviços extras serão acrescidos dos percentuais previstos em lei.
3. O CONTRATADO fornecerá ao empregado (US):
  - 3.1. 1 (um) crachá com foto 3X4;
  - 3.2. 22 (vinte e dois) tíquetes-refeição/alimentação, respeitado o valor estipulado em Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva da categoria(s) envolvida, quando for o caso;
  - 3.3. vale-transporte, quando for o caso;
  - 3.4. fardamenta composta de 4 (quatro) calças compridas, 4 (quatro) camisas, 2 (dois) pares de sapato/coturno e 4 (quatro) pares de meia, 1 (um) quepe (boné), 1 (um) cinto para calça e 1 (um) cinto para guarnição, anualmente;
  - 3.5. coletes a prova de balas para todos os vigilantes;
  - 3.6. 1 (um) detector portátil de metais para cada Unidade Administrativa relacionada no **Anexo II** deste Instrumento;
  - 3.7. armamento, munições e coletes a prova de balas para todos os vigilantes;
  - 3.8. local seguro e adequado para a guarda de armas e munições, construído em alvenaria, sob laje, com um único acesso, com porta de ferro ou de madeira reforçada com grade de ferro, dotada de fechadura especial, além de sistema de combate a incêndio nas proximidades da porta de acesso, em observância à Portaria 3.233/2012 - DG/DPF.
4. O CONTRATADO deverá cumprir o que dispõe o título IV, item 1, letras "a", "b" e "c" abaixo transcritos, da Instrução Normativa nº 07, de 21.02.90, do Ministério do Trabalho:
  - "a) registro de empregado - deve permanecer no local da prestação de serviços, para exame do Contrato de trabalho e identificação do cargo para o qual o trabalhador foi contratado;
  - b) os exames médicos admissional e periódico deverão, também, permanecer arquivados junto ao registro, no local da prestação de serviço;
  - c) horário de trabalho - o controle da jornada de trabalho deve ser feito no local da prestação de serviços. Tratando-se de trabalhador que prestar serviço externo, este controle deve permanecer na sede da empresa prestadora de serviços a terceiros."
5. Será motivo de rescisão do Contrato a não observância do disposto no item anterior, podendo o CONTRATANTE comunicar ao Ministério do Trabalho o não cumprimento, pelo CONTRATADO, dessas exigências trabalhistas.
6. Não será permitido, sob qualquer pretexto, que os empregados do CONTRATADO tenham acesso às dependências do CONTRATANTE, nelas permaneçam ou delas se retirem:
  - 6.1. quando for o caso, sem farda ou com fardamenta incompleta e sem a inscrição ou emblema identificador do CONTRATADO;
  - 6.2. sem o crachá identificador fornecido pelo CONTRATADO.
7. É vedada a utilização dos empregados do CONTRATADO em tarefas diversas daquelas constantes do Contrato, mesmo nos horários em que estejam liberados de seus encargos específicos.
8. O presente documento fará parte integrante do Instrumento Contratual firmado pelo BANCO como CONTRATANTE, como se nele transcrito fosse.



**ANEXO I**
**COMPOSIÇÃO DE CUSTOS**

CUSTO MENSAL DA UNIDADE DE SERVIÇO (US)			VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA 44 HS/SEMANAIS SEM INTRAJORNADA (RIO GRANDE DO NORTE) (R\$)
I – REMUNERAÇÃO			
I.1 - Salário			1.324,49
I.2 - Risco de Vida			397,35
SUBTOTAL I			1.721,84
II - ENCARGOS SOCIAIS (68,21%)			
II.1 - Encargos Sociais Incidentes Sobre a Remuneração			1.174,47
SUBTOTAL II			1.174,47
III – INSUMOS			
III.1 - Fardamento			5,02
III.2 - Materiais			0,40
III.3 - Equipamentos			0,10
III.4 - Alimentação			272,80
III.5 - Transporte			16,53
III.6 - Exames Médicos			0,10
III.7 - Outros- Contr. Assistencial Patronal			0,58
III.8 - Seguro de vida			1,00
SUBTOTAL III			296,53
IV - BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS			
IV.1 - Despesas Administrativas, Operacionais e Indiretas		0,05%	3,20
IV.2 - Lucro		0,05%	
SUBTOTAL IV			3,20
V - TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO			
V.1 - ISS (IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS)		5,00%	8,65%
V.2 - PIS/FATURAMENTO		0,65%	
V.3 - COFINS		3,00%	
SUBTOTAL V			302,63
VI - PREÇO MENSAL POR UNIDADE DE SERVIÇO (US)			3.498,67
VII - PREÇO REFERENTE ÀS HORAS EXTRAS MENSAIS ESTIMADAS (20% DO PREÇO MENSAL POR UNIDADE DE SERVIÇO (US))			699,73
VIII - PREÇO TOTAL MENSAL POR UNIDADE DE SERVIÇO (US) (PREÇO MENSAL POR UNIDADE DE SERVIÇO (US) + 20% REFERENTE AO PREÇO DAS HORAS EXTRAS MENSAIS ESTIMADAS)			4.198,40
IX - QUANTIDADE DE UNIDADES DE SERVIÇO (US)			55
X - PREÇO TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA 44 HS/SEMANAIS SEM INTRAJORNADA			230.912,00

<b>VALORES UNITÁRIOS DAS HORAS EXTRAS</b>	<b>(R\$)</b>
Valor Unitário da Hora Extra DIURNA dia útil (HE=50%)	21,65
Valor Unitário da Hora Extra DIURNA dia NÃO útil (HE=100%)	28,86
Valor Unitário da Hora Extra NOTURNA dia útil (HE=50% e AN=20%)	25,97
Valor Unitário da Hora Extra NOTURNA dia NÃO útil (HE=100% e AN=20%)	34,63



CUSTO MENSAL DA UNIDADE DE SERVIÇO (US)		VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA 44 HS/SEMANAIS COM INTRAJORNADA (RIO GRANDE DO NORTE) (R\$)
<b>I - REMUNERAÇÃO MENSAL</b>		
I.1 - Salário		1.324,49
I.2 - Risco de Vida		397,35
I.3 - Adicional Intrajornada		258,28
SUBTOTAL I		<b>1.980,12</b>
<b>II - ENCARGOS SOCIAIS (68,21%)</b>		
II.1 - Encargos Sociais Incidentes Sobre a Remuneração		1.174,47
SUBTOTAL II		<b>1.174,47</b>
<b>III - INSUMOS</b>		
III.1 - Fardamento		5,02
III.2 - Materiais		0,40
III.3 - Equipamentos		0,10
III.4 - Alimentação		272,80
III.5 - Transporte		16,53
III.6 - Exames Médicos		0,10
III.7 - Outros- Contr. Assistencial Patronal		0,58
III.8 - Seguro de vida		1,00
SUBTOTAL III		<b>296,53</b>
<b>IV - BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</b>		
IV.1 - Despesas Administrativas, Operacionais e Indiretas	0,05%	3,46
IV.2 - Lucro	0,05%	
SUBTOTAL IV		<b>3,46</b>
<b>V - TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO</b>		
V.1 - ISS (IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS)	5,00%	8,65%
V.2 - PIS/FATURAMENTO	0,65%	
V.3 - COFINS	3,00%	
SUBTOTAL V		<b>327,11</b>
<b>VI - PREÇO MENSAL POR UNIDADE DE SERVIÇO (US)</b>		<b>3.781,69</b>
<b>VII - PREÇO REFERENTE ÀS HORAS EXTRAS MENSAS ESTIMADAS (20% DO PREÇO MENSAL POR UNIDADE DE SERVIÇO (US))</b>		<b>756,34</b>
<b>VIII - PREÇO TOTAL MENSAL POR UNIDADE DE SERVIÇO (US) (PREÇO MENSAL POR UNIDADE DE SERVIÇO (US) + 20% REFERENTE AO PREÇO DAS HORAS EXTRAS MENSAS ESTIMADAS)</b>		<b>4.538,03</b>
<b>IX - QUANTIDADE DE UNIDADES DE SERVIÇO (US)</b>		<b>10</b>
<b>X - PREÇO TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA 44 HS/SEMANAIS COM INTRAJORNADA</b>		<b>45.380,30</b>

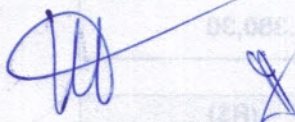
VALORES UNITÁRIOS DAS HORAS EXTRAS	(R\$)
Valor Unitário da Hora Extra DIURNA dia útil (HE=50%)	23,57
Valor Unitário da Hora Extra DIURNA dia NÃO útil (HE=100%)	31,42
Valor Unitário da Hora Extra NOTURNA dia útil (HE=50% e AN=20%)	28,28
Valor Unitário da Hora Extra NOTURNA dia NÃO útil (HE=100% e AN=20%)	37,70

CÁLCULO DO PREÇO GLOBAL MENSAL		
PREÇO TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA 44 HS/SEMANAIS SEM INTRAJORNADA (R\$)	PREÇO TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA 44 HS/SEMANAIS COM INTRAJORNADA (R\$)	PREÇO GLOBAL MENSAL (R\$)
230.912,00	45.380,30	276.292,30



## CONTINUAÇÃO DO ANEXO I

DISCRIMINAÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS	PERCENTUAL (%)
<b>GRUPO "A"</b>	
1 - INSS (art. 22, I, Lei 8.212/91)	20,00
2 - Sesi ou Sesc (art. 30, Lei 8.036/90)	1,50
3 - Senai ou Senac (Decreto 2.318/86)	1,00
4 - INCRA (arts. 1º e 2º, DL nº 1.146/70)	0,20
5 - SALÁRIO EDUCAÇÃO (art. 15, Lei nº 9.424/96 e art. 1º, § 1º, Decreto 6.003/06)	2,50
6 - FGTS (art. 15, Lei 8.030/90)	8,00
7 - RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO (RAT) (art. 22, II, Lei nº 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.957/09) x FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO (FAP) (Decreto 6.957/09)	3,46
8 - SEBRAE (Lei 8.029/90)	0,60
<b>TOTAL DO GRUPO "A"</b>	<b>37,26</b>
<b>GRUPO "B"</b>	
9 - FÉRIAS c/ 1/3 Constitucional (art. 130, I, CLT e 7º, XVII, CF/88)	11,11
10 - AUXÍLIO DOENÇA (art. 131, III, CLT)	0,00
11 - LICENÇA PATERNIDADE (art. 7º, XIX, CF)	0,00
12 - FALTAS LEGAIS (art. 473, CLT)	0,00
13 - ACIDENTE DO TRABALHO (art. 131, CLT c/c art. 27, Decreto nº 89.312/84)	0,00
14 - AVISO PRÉVIO (art. 488, CLT)	0,194
15 - 13º SALÁRIO (art. 7º, VIII, CF)	8,33
<b>TOTAL DO GRUPO "B"</b>	<b>19,63</b>
<b>GRUPO "C"</b>	
16 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO (art. 487, § 1º CLT)	0,00
17 - INDENIZAÇÃO ADICIONAL (art. 9º, Lei nº 7.238/84)	0,00
18 - INDENIZAÇÃO (FGTS NAS RESCISÕES SEM JUSTA CAUSA)	4,00
<b>TOTAL DO GRUPO "C"</b>	
<b>GRUPO "D"</b>	
19 - INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS DO GRUPO "A" SOBRE OS ITENS DO GRUPO "B"	7,32
<b>TOTAL DO GRUPO "D"</b>	<b>7,32</b>
<b>GRUPO "E"</b>	
20 - INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS DO GRUPO "A" SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO DO GRUPO "C"	0,00
<b>TOTAL DO GRUPO "E"</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL GERAL DOS ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>68,21</b>



Valor Unitário da Hora Extra Diurna (HE=80%)	38,57
Valor Unitário da Hora Extra Diurna (HE=100%)	34,42
Valor Unitário da Hora Extra Noturna (HN=50% e AN=20%)	58,58
Valor Unitário da Hora Extra Noturna (HN=100% e AN=20%)	37,70

PREÇO TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA	370.292,30
PREÇO TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA	370.292,30
PREÇO TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA	370.292,30



**ANEXO II**
**QUADRO DE QUANTITATIVO DE UNIDADE(S) DE SERVIÇO**

QUADRO DE QUANTITATIVOS/DISTRIBUIÇÃO DE UNIDADES DE SERVIÇO (US) – VIGILANTE 44 HORAS SEMANAIS – RIO GRANDE DO NORTE					
UNIDADES ADMINISTRATIVAS	ISS%	CNPJ	QUANTITATIVO	ENDEREÇO COMPLETO	TELEFONE
ANGICOS	5%	07.237.373/0004-72	3	Rua Vereador Joaquim Bernardo, 20, Centro. CEP:59.515-000. Angicos-RN.	84 3531-2146
CAICÓ		07.237.373/0101-92	3	Av. Cel. Martiniano,621, Cento. CEP: 59.300.000. Caicó-RN	84 3421 2370
CEARÁ MIRIM		07.237.373/0236-85	3	Rua Heráclio Villar, s/nº, Centro. CEP: 59.570.000. Ceará Mirim-RN	84 3274-2338
CURRAIS NOVOS		07.237.373/0100-01	3	Av. Dr. Silvio Bezerra de Melo, 730, Centro. CEP: 59.380.000. Currais Novos-RN	84 3412-1800
GOIANINHA		07.237.373/0329-19	3	Rua Vigário Antonio Montenegro, 85, Centro. CEP: 59.173.000. Goianinha-RN	84 3243-3017
JARDIM DO SERIDÓ		07.237.373/0026-88	3	Rua Dr. Otávio Lamartine, 400, Centro. CEP: 59.343.000. Jardim do Sridó-RN	84 3472-2261
JOÃO CÂMARA		07.237.373/0301-18	3	Praça Baixa Verde, 60. CEP: 59.550-000. João Câmara-RN	843274-8630
MACAÍBA		07.237.373/0258-90	3	Rua N. Sra. Aparecida I, s/nº. CEP: 59.280-000 Macaíba-RN	84 3271-5337
MACAU		07.237.373/0087-08	3	Rua Martins Ferreira, 197, Centro, CEP: 59.500-000 Macau-RN	84 3521-1228
MOSSORÓ		07.237.373/0033-07	4	Pça. Getúlio Vargas, 45, Centro. CEP:59.600.680 Mossoró-RN.	84 3316-3023
NATAL PRUDENTE DE MORAIS		07.237.373/0183-39	3	Av. Prudente de Moraes, 3.429, Lagoa Nova. CEP 59.056.200. Nata-RN	84 3203-1400
NATAL ROBERTO FREIRE		07.237.373/0248-19	3	Av. Eng. Roberto Freire, Lado Par, distando 20,0m da Rua Abraham Tahim, Capim Macio. CEP 59.082.400 Natal-RN	84 3227-1100
PAU DOS FERROS		07.237.373/0039-00	3	Praça da Matriz, 104, Centro. CEP: 59.900.000. Pau dos Ferros-RN	84 3351-2111
PARNAMIRIM		07.237.373/0215-50	3	Av. Tenente Medeiros,1.000, Centro. CEP: 59.140.20. Parnirim-RN	84 3644-7800





SANTA CRUZ	5%	07.237.373/0047-02	3	Rua Manoel Cícero de Lima, 95, Centro. CEP: 59.200.000. Santa Cruz-RN	84 3291-2118
SANTO ANTÔNIO		07.237.373/0061-60	3	Av. Lindolfo Gomes Vidal, 360, Centro. CEP: 59.255.000. Santo Antônio-RN	84 3282-2232
SÃO GONÇALO DO AMARANTE		07.237.373/0266-09	3	Rua Benedito Santana, s/nº. CEP: 59.290.000. São Gonçalo do Amarante-RN	84 4008-2950
UMARIZAL		07.237.373/0269-43	3	Rua Porcino Costa, 267, Centro. CEP: 59.865.000. Umarizal-RN	84 3397-2991
TOTAL DE US:			55		

QUADRO DE QUANTITATIVOS/DISTRIBUIÇÃO DE UNIDADES DE SERVIÇO (US) – VIGILANTE INTRAJORNADA - RIO GRANDE DO NORTE					
UNIDADES ADMINISTRATIVAS	ISS%	CNPJ	Quantitativo	ENDEREÇO COMPLETO	TELEFONE
APODI	5%	07.237.373/0112-45	3	Rua Marechal Floriano Peixoto, 29, Centro. CEP: 59.700-000. Apodi-RN	84 3333-2022
ASSU		07.237.373/0115-98	3	Praça Pedro Velho, 116, Centro. CEP: 59.650-000. Assu-RN	84 3331-3379
NATAL TIROL		07.237.373/0035-79	4	Av. Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, CEP: 59.020-505. Natal-RN	84 3220-5800
TOTAL DE US:		-	10		-

ÓRGÃO DE ORÇAMENTO DE UNIDADES DE SERVIÇO (US) – VIGILANTE INTRAJORNADA - RIO GRANDE DO NORTE

ANEXO II

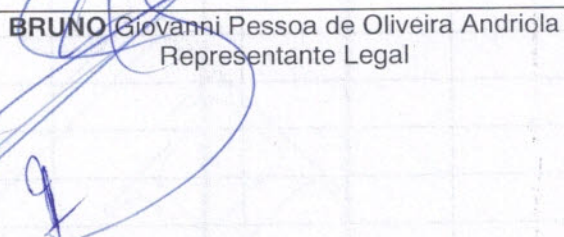




**ANEXO III****AUTORIZAÇÃO DE RETENÇÃO DE VALORES****REF: CONTRATO Nº 2019/005**

**INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES EIRELI.**, inscrita no CNPJ nº 04.008.185/0001-31, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, sob as penalidades legais, autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.


Fortaleza-CE, 22 de fevereiro de 2019.

  
**BRUNO** Giovanni Pessoa de Oliveira Andriola  
Representante Legal



## 24

### RELAÇÃO DOS EMPREGADOS DO CONTRATADO PARA O CONTRATO





## ANEXO V

## FORMULÁRIO DE DECLARAÇÃO - VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

DADOS DO EMPREGADO	
NOME DO EMPREGADO:	
CPF:	EMPRESA:
FUNÇÃO:	CNPJ:
CONTRATO Nº:	OBJETO:

Declaro que:

1 - ( ) Não possuo parente exercendo atividade funcional no Banco do Nordeste do Brasil S/A.

2 - ( ) Possuo parente exercendo atividade funcional no Banco do Nordeste do Brasil S/A, conforme abaixo especificado:

Nome:  
Grau de Parentesco:  
Função:  
Lotação:

Nome:  
Grau de Parentesco:  
Função:  
Lotação:

Nome:  
Grau de Parentesco:  
Função:  
Lotação:

3 - ( ) Desconheço a existência de parente exercendo atividade funcional no Banco do Nordeste do Brasil S/A.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.

Cidade (UF), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO EMPREGADO DO CONTRATADO\_\_\_\_\_  
NOME LEGÍVEL DO EMPREGADO DO CONTRATADO




**ANEXO VI****DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS**

O Contratado DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. não é constituído por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja diretor ou empregado do Banco do Nordeste;
2. não está suspenso pelo Banco do Nordeste;
3. não está impedido ou declarado inidôneo pela União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
4. não é constituído por sócio de empresa que esteja suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União;
5. não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União;
6. não é constituído por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. não tem administrador que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
8. não há nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
9. não é empregado ou dirigente do Banco do Nordeste (no caso de licitante pessoa física ou contratado pessoa física);
10. não possui (no caso de pessoa física) ou seus sócios não possuem (no caso de pessoa jurídica) relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
  - i) dirigente do Banco do Nordeste;
  - ii) empregado do Banco do Nordeste cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
  - iii) autoridade do ente público a que o Banco do Nordeste esteja vinculado;
11. não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o Banco do Nordeste há menos de 6 (seis) meses.

Fortaleza-CE, 22 de fevereiro de 2019.

**BRUNO** Giovanni Pessoa de Oliveira Andriola  
Representante Legal  
CPF: 009.863.904-88





**ANEXO VII****CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA**

1. Todos os prestadores alocados no contrato, conforme especificidades de cada posto ou serviço, sempre às expensas do CONTRATADO, devem estar dotados de uniforme completo, crachá de identificação, Carteira Nacional de Vigilantes (CNV) colete a prova de balas, armamento, munição e demais equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme descrição de cada tipo de posto ou serviço e/ou quando for obrigatório por força de determinação legislativa, Convenção ou Dissídio Coletivo da Categoria.
2. O CONTRATADO deve fornecer informações referentes às unidades atendidas e/ou procedimentos executados pelos prestadores de serviço e/ou demais informações relacionadas, solicitadas pelos Ambientes de Segurança Corporativa ou de Serviços de Logística do Banco do Nordeste imediatamente após serem demandadas; caso seja pedido o envio dos dados impressos ou via mensagem eletrônica, o CONTRATADO terá até 24 (vinte quatro) horas ininterruptas, desde a solicitação pelo Ambiente de Segurança Corporativa do Banco do Nordeste, para envio das informações.
3. O CONTRATADO se obriga a cumprir, nos Postos de Vigilância, as atribuições e providências abaixo listadas:
  - a. Todos os prestadores, obrigatoriamente, deverão iniciar seu turno de trabalho no horário definido, devendo ser repostos imediatamente pelo CONTRATADO, caso se atrasem e/ou faltarem;
  - b. Após entrar na unidade, providenciar a adequação de uniforme, armamento e equipamentos de proteção, verificando eventuais alterações;
  - c. Assumir diariamente o posto, com equipamentos de proteção individual (EPI) e uniforme em boas condições, barbeado, cabelos aparados, limpo, com sapatos engraxados e aparência pessoal adequada. No caso de vigilantes femininos, sem prejuízo no que couber a orientação anterior, deverão se apresentar com cabelos presos, maquiagem unhas e acessórios discretos;
  - d. Estar atento e adotar medidas de proteção contra incidentes ou acidentes que possam atrapalhar, interromper ou paralisar os serviços, ainda que temporariamente;
  - e. Observar as pessoas que transitam pelo local. Identificando qualquer atitude suspeita, comunicar imediatamente à Gerência da unidade e a base do CONTRATADO, registrando posteriormente os fatos no Livro de Ocorrências;
  - f. Portar, além do equipamento normal (armamento, munições e equipamentos de proteção), caneta, papel, relógio e CNV;
  - g. O primeiro vigilante efetivo deverá: adentrar a unidade, acender as luzes, vestir o fardamento, pegar a arma e os acionadores do alarme e da porta de segurança, proceder à vistoria em todos os ambientes da unidade, destravar, ligar e realizar o teste da porta giratória com detector de metais (PGDM) e no detector de metais portátil;
  - h. O teste no acionador de pânico do sistema de alarme deverá ser realizado apenas quando solicitado pelo gerente da Unidade ou Ambiente de Segurança Corporativa do Banco do Nordeste;
  - i. Identificada falha na operação da porta giratória, detector de metais e/ou demais equipamentos, acionar imediatamente a gerência da Unidade e o Supervisor do CONTRATADO para que sejam adotadas as medidas pertinentes; o vigilante também deverá realizar o devido registro no Livro de Ocorrências. Não repassar a outras pessoas informações sobre o ocorrido;
  - j. Identificado qualquer sinal de violação / arrombamento, promover o devido isolamento da área ou equipamento, sem manusear o local violado ou objetos alheios localizados, reportando imediatamente para a gerência da Unidade e para o Supervisor do CONTRATADO para que sejam adotadas as medidas pertinentes; o vigilante também deverá realizar o devido registro no Livro de Ocorrências. Não repassar a outras pessoas informações sobre o ocorrido;
  - k. Observar os movimentos de depósito e retirada de objetos na caixa de passagem de massa metálica - CPMM da PGDM, impedindo a passagem de volumes fechados (bolsas, sacolas, envelopes e similares) que impossibilitem a visualização do seu conteúdo;



## ANEXO VII

- I. Os portadores de volumes fechados devem ser orientados a abri-los, de modo que seja possível a inspeção visual por parte do vigilante, o qual poderá apalpar externamente o volume. Em momento algum deverá fazer manuseio interno, podendo solicitar ao portador que o faça, caso haja necessidade;
- m. Acompanhar a entrada e saída de visitantes, empregados, prestadores, inclusive acompanhantes de empregados;
- n. Adotar postura preventiva, evitando a aproximação de pessoas e direcionando o atendimento dos clientes a empregado do Banco do Nordeste para os esclarecimentos pretendidos;
- o. Manter contato visual com pelo menos um dos outros vigilantes, de forma a possibilitar a comunicação imediata entre eles;
- p. Intervir de imediato, para garantir a segurança patrimonial e a segurança física dos colaboradores do Banco do Nordeste em casos de tumulto, correria, discussões, ofensas ou agressões;
- q. Proibir a prática de comércio não autorizada dentro das instalações do Banco;
- r. Impedir o acesso de pessoas não autorizadas, fora do horário de expediente, inclusive de empregado do Banco do Nordeste que não seja lotado na unidade e/ou demais prestadores fora de seu horário de trabalho, sem prévia autorização da Gerência;
- s. Impedir a entrada de pessoas portando armas, excetuando-se autoridades Policiais e outras autorizadas pela legislação vigente que deverão ser identificadas através de documento funcional para ter o acesso liberado;
- t. Impedir o acesso de pessoas não autorizadas às áreas restritas da unidade;
- u. O vigilante deverá utilizar o acionador de pânico do sistema de alarme sempre que constada situação de risco ou incidente, desde que não comprometa a sua integridade física ou de outras pessoas. O acionamento deverá ser feito com extrema discrição;
- v. Manter ordem e silêncio durante a execução dos serviços, sendo as comunicações realizadas somente pertinentes ao trabalho desenvolvido;
- w. Realizar a troca de turno e/ou rendição para o horário de refeição de forma tempestiva e discreta, não deixando o posto descoberto;
- x. Repassar para o Vigilante que está assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anormalidade observada nas instalações e/ou equipamento;
- y. Proteger as instalações e o material contra o furto ou roubo, mau uso ou dano, inclusive contra risco de incêndio;
- z. Monitorar a execução de serviços e obras por parte de contratados, dentro ou fora do horário de expediente, sendo que essas últimas somente poderão ocorrer após autorização expressa do Gerente da Unidade de lotação Banco do Nordeste;
- aa. Em caso de serviços, a liberação de acesso às unidades Banco do Nordeste é realizada de forma individualizada, sendo que cada prestador deverá ser identificado com uso de identificação pessoal;
- bb. O último vigilante efetivo, antes de sair da unidade, ainda armado, deverá: proceder à vistoria em todos os ambientes da unidade garantindo que os acessos estejam trancados, travar e desligar a PGDM, retirar a farda, guardar a arma desmuniada em local específico, apagar as luzes.
- cc. Os equipamentos utilizados pelos vigilantes (armamento desmuniado, munições, coletes à prova de balas) deverão ser acondicionados, ao término dos serviços, em local trancado a chave, específico para esse fim, cuja guarda e manuseio caberá exclusivamente aos vigilantes ou prepostos da empresa de vigilância.



#### 4. Das proibições gerais dos vigilantes:

- a. Realizar atividades inerentes a bancários, a exemplo de controle de documentos, cadastro, abertura de contas, manuseio e conferência de valores;
- b. Realizar atividades relacionadas a serviços gerais, tais como expurgo/fragmentação de papéis, acondicionamento de materiais, serviços de limpeza e copa;
- c. Realizar atividades de atendimento a clientes, tais como orientar a formação de filas, distribuir senhas, fornecer informações, utilização de terminais etc.;
- d. Executar serviços externos ao ambiente vigiado, a exemplo de manobra de veículos, compras e entrega de materiais ou documentos não relacionados diretamente ao trabalho executado;
- e. Acompanhar ou realizar o transporte de valores;
- f. Manter conversas com clientes, empregados, prestadores de serviço e demais pessoas, inclusive com os outros vigilantes, salvo se necessário ao desempenho de suas funções;
- g. Executar quaisquer outras atividades que possam caracterizar desvio de função e comprometer a segurança;
- h. Fumar nas dependências do Banco do Nordeste;
- i. Ingerir comida e/ou bebida alcoólica no posto de trabalho;
- j. Portar celular, pen drive ou outro equipamento eletrônico no posto de trabalho;
- k. Registrar imagens e/ou sons dentro dos ambientes de trabalho;
- l. Realizar e receber ligações, salvo em situações emergenciais;
- m. Acessar os locais de prestação de serviço fora do seu turno de trabalho, salvo quando expressamente autorizado pelo gerente da Unidade ou Ambiente de Segurança Corporativa do Banco do Nordeste;
- n. Divulgar externamente dados e/ou informações pessoais e/ou referentes às atividades desenvolvidas por prestadores e/ou empregados Banco do Nordeste, assim como do local de prestação de serviço e demais unidades do Banco do Nordeste, salvo quando questionado pelo Ambiente de Segurança Corporativa e/ou autoridades policiais.

5. Quaisquer inovações que venham alterar a rotina operacional descrita acima serão demandas pelo Ambiente de Segurança Corporativa do Banco do Nordeste e/ou deverão ser submetidas previamente à análise desta.

#### 6. Serviços de fiscalização e supervisão:

- a. Em até 15 dias após assumir o contrato, o Fiscal/Supervisor deverá realizar reunião com equipe do Ambiente de Segurança Corporativa do Banco do Nordeste, em Fortaleza/CE, para apresentação e alinhamento do perfil esperado pelo Banco do Nordeste;
- b. No processo de implantação do serviço, o Fiscal/Supervisor deverá comparecer a todas as unidades, apresentando aos empregados do Banco do Nordeste responsáveis pela Unidade os vigilantes, o intermediador na comunicação entre o Banco do Nordeste e o CONTRATADO e demais membros da equipe de segurança da unidade, elencando suas atribuições e proibições;
- c. Visitar as Unidades do Banco do Nordeste onde haja a prestação de serviço, no mínimo 01 (uma) vez por mês ou sempre que solicitado pelo Banco para observação e orientação dos postos de vigilância;
- d. Deslocar-se prontamente para a agência ou unidade sempre que necessário e/ou solicitado pelo Banco, para solução de problemas pontuais;



- e. As visitas devem ser comprovadas através de mapa de visitas e registros no Livro de Ocorrências que poderá constar apontamentos do gerente da Unidade ou outro empregado do Banco do Nordeste indicado, com eventuais irregularidades verificadas no período e avaliação acerca dos serviços de vigilância no local vigiado, com o visto do empregado do Banco do Nordeste e do Supervisor do CONTRATADO, sendo que o mapa de visitas deverá ser apresentado ao Ambiente de Serviços de Logística do Banco do Nordeste juntamente com a fatura mensal;
- f. Observar o fiel cumprimento das atribuições, postura e da apresentação dos vigilantes;
- g. Observar os registros no Livro de Ocorrências e adotar as providências para atendê-los, apontando no Livro as providências adotadas;
- h. Observar os equipamentos/materiais/uniformes utilizados pelos Vigilantes, providenciando a imediata substituição dos itens sempre que necessário;
- i. Acompanhar cada substituição de vigilante, apresentando-o ao empregado do Banco do Nordeste responsável pelo local vigiado e orientando-o quanto aos procedimentos a serem adotados;
- j. Acompanhar casos de desligamento de vigilante, para que não haja qualquer transtorno, represália ou ameaça aos colaboradores do Banco do Nordeste;
- k. Comunicar imediatamente ao Ambiente de Segurança Corporativa do Banco do Nordeste as ocorrências operacionais verificadas nas unidades;
- l. Apresentar ao Ambiente de Segurança Corporativa do Banco do Nordeste, sempre que solicitado, os documentos comprobatórios dos treinamentos previstos neste contrato, assim como demais documentações obrigatórias quanto aos prestadores de serviço e equipamentos/insumos;
- m. Apresentar ao Ambiente de Serviço de Logística do Banco do Nordeste relação nominal dos Vigilantes indicados para intermediar a comunicação na unidade com os demais Vigilantes da equipe e empregados do Banco do Nordeste e para a guarda e distribuição do armamento, na forma estabelecida no presente contrato;
- n. Em casos de ocorrências envolvendo os vigilantes, comparecer à Delegacia de Polícia para esclarecimentos e lavrar o Boletim de Ocorrência, se for o caso, encaminhando posteriormente cópia do procedimento para o Ambiente de Segurança Corporativa do Banco do Nordeste. Adotar também os procedimentos junto ao Departamento de Polícia Federal, conforme legislação vigente, encaminhando à Unidade cópia do procedimento realizado;
- o. Consultar o Ambiente de Segurança Corporativa do Banco do Nordeste, sempre que assunto operacional fuja da rotina diária;
- p. Atender as solicitações do Ambiente de Segurança Corporativa do Banco do Nordeste no tocante ao treinamento dos vigilantes sempre que solicitado pelo Banco, inclusive no caso de novos procedimentos operacionais ou novos recursos tecnológicos;
- q. Cuidar para que os procedimentos operacionais sejam realizados conforme as orientações do Ambiente de Segurança Corporativa do Banco do Nordeste.






### **DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO CONTRATADO**

São obrigações do CONTRATADO:

- l. Indicar empregados que possuam experiência nos serviços que lhes couber executar, os quais deverão ser recrutados do seu quadro de pessoal, correndo por sua conta exclusiva todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, social, fiscal, bem como impostos, taxas, seguros, multas, contribuições e outros encargos que venham a incidir sobre os serviços a serem contratados ou que direta ou indiretamente com eles se relacionem, inclusive encargos decorrentes de eventuais acidentes de trabalho.





- II. Executar perfeita e integralmente os serviços contratados, mantendo a cobertura integral dos postos de trabalho e serviços nas unidades constantes do Termo de Referência, devendo qualquer ausência ser suprida por outro prestador, de forma que todos os postos permaneçam com cobertura conforme descrição do posto, nos horários estabelecidos pelo Banco do Nordeste, por meio de pessoas idôneas, sem quaisquer antecedentes criminais, tecnicamente capacitadas nos termos da legislação específica;
- a. Efetuar imediatamente a reposição de mão-de-obra necessária aos serviços contratados em caso de falta, atraso ou demais ausências, não sendo permitida duplicação de jornada de trabalho (dobra de serviço) em qualquer caso;
  - b. Arregimentar recursos para em caso de greve de seus empregados, paralisação dos transportes públicos ou demais manifestações populares, não deixar desguarnecidos os postos, provendo todos os meios necessários à garantia da prestação dos serviços contratados;
  - c. O CONTRATADO deverá apresentar ao Ambiente de Segurança Corporativa do Banco do Nordeste um plano para enfrentamento das contingências mencionadas no item "b", até 30 dias após assinatura do Contrato.
- III. Substituir os empregados cuja conduta seja considerada inconveniente pelo Banco do Nordeste, mantendo os postos de serviços permanentemente cobertos, conforme descrição do posto, nos horários estabelecidos;
- a. O empregado do CONTRATADO que apresentar conduta inconveniente deverá ser substituído imediatamente após solicitação do Ambiente de Segurança Corporativa do Banco do Nordeste e ficará impedido de prestar serviço em qualquer Unidade do Banco do Nordeste;
  - b. Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade os empregados do Banco do Nordeste, colaboradores e clientes;
  - c. Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação pertinente, inclusive quanto à necessidade de constituição de CIPA, se for o caso, nos termos da "Norma Regulamentadora NR N° 5 do Ministério do Trabalho e Emprego".
- IV. Obedecer às normas e rotinas do Banco do Nordeste, bem como a legislação aplicável, em especial as que disserem respeito à segurança e saúde no trabalho, assumindo todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços, ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências do Banco do Nordeste;
- V. Manter nos locais de prestação dos serviços "Pasta de Segurança" contendo cópia autenticada dos Registros das Armas, cópia simples dos comprovantes da Carteira Nacional de Vigilante, cópia do Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Vigilante e Certificado de Reciclagem, comprovante do exame de saúde física e mental e comprovante de inexistência de antecedentes criminais;
- a. O CONTRATADO deverá apresentar os documentos de todos os prestadores que executam o serviço no local, sendo que estes deverão estar dentro do prazo de validade;
  - b. O Banco do Nordeste poderá a qualquer momento solicitar informações relativas aos Registros das Armas e/ou demais documentações obrigatórias pelas legislações vigentes referentes à prestação do serviço, tendo o CONTRATADO até 24 (vinte e quatro) horas para envio das informações.
- VI. Manter, em cada local de prestação dos serviços, Livro de Ocorrências para registro pelos vigilantes, os quais deverão estar permanentemente disponíveis para exame pelos prepostos do Banco do Nordeste;
- VII. Registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade da mão-de-obra necessária aos serviços contratados, bem como as ocorrências nos locais de serviço, independente da fiscalização exercida pelo Banco do Nordeste, de modo a informar ao Banco do Nordeste os dados registrados sempre que solicitado;
- 
- 
- 
- 
- 



- VIII. Promover rodízio dos vigilantes anualmente ou sempre que solicitado pelo Banco do Nordeste;
- a. Após solicitação, o CONTRATADO terá até 01 (um) mês para efetivar o rodízio de local de lotação dos vigilantes.
- IX. Manter atualizado junto ao Ambiente de Serviços de Logística, durante a vigência do contrato, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP), endereço eletrônico, telefone e nome dos seus representantes, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos.
- X. Independente da fiscalização que será exercida pelo Banco do Nordeste, o CONTRATADO, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes, deverá manter preposto para fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou visando a orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens aos prestadores de serviços e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do contrato;
- a. O CONTRATADO deverá fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes;
- b. O preposto deverá estar na base da empresa ou em outro ambiente, disponível durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, inclusive feriados;
- c. O preposto deverá atender prontamente as convocações de comparecimento às unidades de atendimento, sempre que solicitado pelo Banco do Nordeste.
- XI. Assumir total responsabilidade por danos sobre as instalações, equipamentos, móveis e utensílios que porventura sejam colocados à disposição para a prestação dos serviços, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus, garantindo-lhes a integridade e ressarcindo o Banco do Nordeste das despesas com manutenção corretiva decorrente de má utilização ou restituindo seu correspondente valor, no caso de perda/inservibilidade. A responsabilidade se estenderá aos danos causados a empregados, prestadores ou terceiros durante a execução dos serviços;
- a. O valor será glosado diretamente da fatura de pagamento, conforme preço atual de mercado do equipamento e/ou manutenção.
- XII. Cumprir, rigorosamente, toda e qualquer instrução do Banco do Nordeste que vise resguardar a segurança das dependências vigiadas, inclusive quanto ao controle de acesso às Unidades, quando houver, e dar sempre como conferidos e perfeitos os serviços prestados, cumprindo com rigor os prazos estabelecidos pelo Banco do Nordeste, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham a causar ao Banco do Nordeste ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para o Banco do Nordeste;
- XIII. Informar aos Ambientes de Serviços de Logística e de Segurança Corporativa do Banco do Nordeste todas as ocorrências de afastamento definitivo, substituições e novas contratações de empregados, devendo estas ser comunicadas até as 15 horas do dia anterior a data de início do trabalho, sendo que o novo empregado obrigatoriamente deve se apresentar ao empregado do Banco do Nordeste, acompanhado do Supervisor/Fiscal e munido de documento de apresentação, em papel timbrado do CONTRATADO, devidamente assinado pelo Supervisor/Fiscal e Preposto/Responsável pelo CONTRATADO;
- a. Os vigilantes a serem lotados no Banco do Nordeste deverão ter seus antecedentes criminais verificados no máximo 30 dias antes da efetiva assunção do posto de trabalho;
- b. Para os casos de afastamento definitivo e novas contratações, atualizar as Pastas de Segurança das Unidades com as cópias de toda a documentação dos prestadores para fins de controle do Banco do Nordeste.
- XIV. Diligenciar para que seus empregados não executem serviços que não os previstos no objeto deste contrato;



- XV. Orientar os seus empregados, treinando-os e reciclando-os periodicamente, tanto no aspecto técnico - procedimentos e operação dos sistemas e equipamentos de segurança instalados nas dependências do Banco do Nordeste - como no relacionamento humano, visando a mantê-los plenamente aptos ao perfeito desenvolvimento de suas funções, observadas as exigências e necessidades do Banco do Nordeste;
- XVI. Para a perfeita execução dos serviços contratados, considerando as disposições legais relativas ao profissional de vigilância estabelecidas na Portaria nº 3.233/2012 - DPF e atualizações, o CONTRATADO deverá observar o rigoroso cumprimento das seguintes disposições:
- a. Sem prejuízo dos cursos de formação e reciclagem previstos na Portaria nº 3.233/2012 - DPF, o CONTRATADO se obriga a viabilizar, as suas expensas, no mínimo a cada 12 (doze) meses, transporte e local apropriado para reunião de todo o contingente alocado, para que o CONTRATADO possa repassar orientações e instruções referentes à correta atuação do vigilante numa agência bancária, com ênfase na atuação preventiva e nos procedimentos rotineiros como teste de porta, guarda de armamento, uso da porta auxiliar, dentre outros, bem como atuação em situações de crise, conforme instruções recebidas do Ambiente de Segurança Corporativa do Banco do Nordeste;
  - b. Os encontros acima serão realizados fora do horário de serviço do vigilante, preferencialmente aos sábados, em turmas de no máximo 100 (cem) integrantes, devendo ser comunicada ao Ambiente de Segurança Corporativa do Banco do Nordeste a data/horário e local do evento, para que a mesma, a critério, possa participar do encontro;
  - c. A empresa encaminhará ao Ambiente de Segurança Corporativa do Banco do Nordeste, no primeiro dia útil posterior ao evento, lista de todos os participantes para acompanhamento e controle.
- XVII. Manter em cada unidade do Banco do Nordeste sob sua responsabilidade, um Manual de Segurança, fazendo constar e cumprir, expressamente, as determinações nele contidas;
- a. O Manual de Segurança deve ser elaborado pelo CONTRATADO e ser encaminhado para aprovação do Ambiente de Segurança Corporativa do Banco do Nordeste em até 30 (trinta) dias após o início do contrato.
  - b. O Manual deve conter todos os procedimentos a serem realizados pelos prestadores de serviço alocados no contrato, bem como instruções gerais de comportamento e postura.
- XVIII. Manter em local de fácil acesso aos vigilantes, os números de telefone dos Órgãos de Segurança Pública, base do CONTRATADO, Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança do Banco do Nordeste e outros necessários ao melhor desempenho das atividades;
- XIX. Ao iniciar o contrato e/ou no início da prestação de serviço em imóveis/empreendimentos, fornecer aos empregados alocados na prestação dos serviços 02 (dois) uniformes completos, inclusive com capa de chuva, quando necessário, e outros equipamentos previstos na legislação em vigor e demais itens determinados e aprovados pelos Órgãos competentes, sendo que, a cada semestre ou sempre que solicitado pelo Banco do Nordeste, 01 (um) uniforme completo deverá ser substituído, bem como o crachá de identificação, tudo a expensas do CONTRATADO;
- a. Todos os itens do uniforme, incluindo as capas de colete, deverão estar sempre em boas condições, não podendo se apresentar puídos, manchados, desbotados, com furos ou rasgos, situações essas que, se detectadas, o CONTRATADO deverá providenciar a imediata substituição.
- XX. Manter seus vigilantes, quando em serviço no Banco do Nordeste, portando a CNV e crachá dentro dos respectivos prazos de validade;
- a. No crachá subscrito pelo CONTRATADO deverá constar, obrigatoriamente, sua razão social, nome completo do empregado, função, data de admissão, horário de trabalho, número do PIS/PASEP, fotografia, tipo sanguíneo e fator Rh, número da CNV e registro na SRT, conforme Decreto nº. 89.056/83 - Art. 33 §2º, com renovação a cada 06 (seis) meses.



- XXI. Para os postos de vigilância alocados em Agências, Postos de Atendimento Bancário e demais unidades com circulação ou guarda de valores, é obrigatório o fornecimento pelo CONTRATADO, as suas expensas, de colete à prova de bala, armamento, munição e demais itens previstos por legislação específica;
- a. O colete à prova de bala deverá ser do modelo e características autorizadas pelos órgãos competentes, para todos os postos.
  - b. Deverão portar revólver de calibre 38 de propriedade da empresa contratada, devendo cada arma estar permanentemente em condições adequadas de uso e municiadas.
  - c. O CONTRATADO responsabilizar-se-á pela limpeza e manutenção periódica do armamento e conservação da munição.
  - d. A munição deverá ser substituída por uma nova munição a cada 6 (seis) meses, no máximo, com a devida comprovação.
  - e. Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma o uso de munições recarregadas.
  - f. O manuseio e guarda do armamento e munição é de total responsabilidade do CONTRATADO.
- XXII. A guarda das armas, munições e coletes balísticos utilizados pelos postos de vigilância nos locais de prestação de serviço, deverá ser de acordo com a Portaria 3.233/2012 do Departamento de Polícia Federal e legislação pertinente, sendo de total responsabilidade do CONTRATADO, inclusive com o fornecimento e instalação de armário/cofre para guarda dos itens;
- XXIII. Os intervalistas ou prestadores responsáveis pela rendição para horário de repouso/alimentação deverão se apresentar munidos dos mesmos uniformes e equipamentos/insumos dos postos fixos de trabalho;
- XXIV. Atender as solicitações do Banco do Nordeste para realização de serviços adicionais fora e durante o horário de expediente das unidades onde o Banco do Nordeste estiver representada, cabendo ao CONTRATADO a adoção das providências pertinentes junto às Delegacias Regionais do Trabalho competente;
- XXV. Em caso de necessidade, julgada pelo Banco do Nordeste como tal, a CONTRATANTE poderá requisitar ao CONTRATADO a disponibilização de postos de vigilância, em caráter de urgência, inclusive por telefone, com posterior formalização, devendo ser preservado o padrão de atendimento;
- XXVI. Manter, sob as penas da lei, absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais do Banco do Nordeste, de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste contrato;
- XXVII. Indenizar o Banco do Nordeste dos prejuízos decorrentes de ações criminosas elencadas neste contrato, quando a concretização do ato criminoso decorrer de comprovada falha na execução dos serviços, seja por ausência no posto de serviço, falha na prestação de serviço, por ação ou omissão, imprudência, negligência ou imperícia por parte de seus empregados, prepostos ou mandatários, assegurada prévia defesa;
- a. A indenização a que se refere este inciso compreenderá os bens e valores subtraídos, os danos verificados nas instalações, móveis e equipamentos, os gastos suportados pelo Banco do Nordeste com a assistência médica e apoio aos seus empregados, clientes, prestadores e/ou outras pessoas vitimadas, em consequência da ação criminosa e outros prejuízos decorrentes do fato verificado.
- XXVIII. O CONTRATADO se compromete a manter em conformidade, durante todo o período de vigência do contrato, autorização para funcionamento, em nome da empresa, emitida pelo Departamento de Polícia Federal, bem como todos os atestados, certidões e declarações de renovação de funcionamento e exercício da atividade;
- XXIX. No caso de eventual rescisão contratual, compromete-se a manter a prestação de serviço em todos os termos dispostos neste instrumento, em ato contínuo, até a assunção de outra empresa, observado o prazo de vigência disciplinado na CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA;



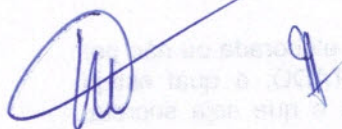
- XXX. Ao final da vigência que trata a CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, no caso de processo de contratação de nova empresa, a pedido do Banco do Nordeste, desde que seja possível a formalização de Termo Aditivo de prorrogação de prazo contratual, compromete-se a manter a prestação de serviço em todos os termos dispostos neste instrumento, em ato contínuo, até a assunção da novo CONTRATADO;
- XXXI. Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária à prestação dos serviços previstos neste contrato, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;
- XXXII. O CONTRATADO se obriga a realizar a implementação de novas rotinas que venham a ser solicitadas pelo Ambiente de Segurança Corporativa do Banco do Nordeste, por alterações de natureza tecnológica ou legal nos procedimentos dos serviços contratados, obrigando-se a providenciar o treinamento de sua equipe, conforme orientações do Banco do Nordeste, tudo as suas expensas;
- XXXIII. Diligenciar para que seus empregados, quando em serviço no Banco do Nordeste, apresentem-se em condições adequadas de descanso, de alimentação, de estado de alerta, entre outras físicas e mentais que garantam a segurança de todos no ambiente do Banco do Nordeste, sejam clientes, empregados ou terceirizados;

**São de responsabilidades do CONTRATADO:**

- I - Todo e qualquer dano causado ao Banco do Nordeste ou a terceiros, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Banco do Nordeste;
- II - Qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando ao Banco do Nordeste o exercício do direito de regresso, eximindo o Banco do Nordeste de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III - Quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao Banco do Nordeste, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento causadas durante a execução do contrato pelo CONTRATADO, as quais serão reembolsadas ao Banco do Nordeste.

**DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO CONTRATANTE**

- I - Indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados do CONTRATADO nas dependências do Banco do Nordeste;
- II - Notificar o CONTRATADO de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;
- III - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Contrato;
- IV - Indicar o representante do Banco do Nordeste responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.





**ANEXO VIII****ACORDO DE RESPONSABILIDADE PARA FORNECEDORES E PARCEIROS**

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista de cujo capital social a União participa majoritariamente (art. 5º da Lei 1.649, de 19.07.52), integrante da Administração Pública Federal Indireta (art. 4º, II, 'c', do Dec-Lei nº 200, 25.02.67), com sede na Av. Dr. Silas Munguba, nº 5.700, Passaré, na cidade de Fortaleza, Ceará, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato devidamente representado por seu Gerente de Ambiente, José **WILLIAM** Araújo Sousa, brasileiro, casado, portador do CPF nº 090.404.713-04, e por sua Gerente Executivo – DIRGE, Antônia **KELVIANE** da Silva Jorge Adriano, brasileira, casada, portadora do CPF de nº 819.848.393-49, e a empresa **INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES EIRELI.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 04.008.185/0001-31, situada na Rua Desembargador Sinval Moreira Dias, nº 1.712, Nova Descoberta, CEP: 59.075-340, na cidade de Natal - RN, doravante denominado **CONTRATADO**, neste ato devidamente representado por seu Representante Legal, **BRUNO** Giovanni Pessoa de Oliveira Andriola, brasileiro, casado, portador do CPF de nº 009.863.904-88, considerando que:

- a) são titulares de informações técnicas, financeiras e comerciais de caráter secreto, confidencial e ou reservado;
- b) pretendem realizar acordo comercial, em função do qual **CONTRATANTE** e **CONTRATADO** terão acesso a informações consideradas secretas, confidenciais e ou reservadas pela outra parte;
- c) as **PARTES CONTRATANTES** desejam resguardar a confidencialidade de tais informações, garantindo o mesmo à outra parte, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE RESPONSABILIDADE**, que se regerá pelos seguintes termos e condições:

**DA INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÕES CONFLITUOSAS****CLÁUSULA PRIMEIRA.** O **CONTRATADO** declara que:

- (i) o cumprimento de seus deveres como prestador de serviço do **CONTRATANTE** não violará nenhum acordo ou outra obrigação de manter informações secretas, confidenciais e ou reservadas, de propriedade de terceiros, não importando a natureza de tais informações;
- (ii) não está vinculado a nenhum acordo ou obrigação com terceiros, o qual esteja ou possa estar em conflito com as obrigações assumidas perante o **CONTRATANTE** ou que possa afetar os interesses deste nos serviços por ele realizados; e
- (iii) não trará ao conhecimento de qualquer empregado, administrador ou consultor do **CONTRATANTE** informação secreta, confidencial e ou reservada ou qualquer outro tipo de informação de propriedade de terceiros, bem como não utilizará, enquanto persistir qualquer espécie de vínculo contratual entre **CONTRATANTE** e **CONTRATADO**, qualquer tipo de segredo comercial de terceiros.

**DA INFORMAÇÃO SIGILOSA**

**CLÁUSULA SEGUNDA.** O termo "informação sigilosa" significa qualquer informação, elaborada ou não por parte do **CONTRATADO**, ou ainda, revelada pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, a qual esteja relacionada com as atividades do **CONTRATANTE**, seus clientes ou fornecedores e que seja secreta, confidencial, reservada ou de sua propriedade.

**CLÁUSULA TERCEIRA.** O termo "informação sigilosa" inclui, mas não se limita, a informações relativas a software desenvolvido e em desenvolvimento e / ou qualquer tipo de solução de alta tecnologia, especialmente relacionadas com:

- (i) Segurança em ambientes de redes de computadores;
- (ii) Auditoria de sistemas;
- (iii) Projeto de implantação de soluções em segurança da informação;
- (iv) Treinamento em segurança da informação;



- (v) Projeto e / ou implantação de sistemas para detecção de invasões;
- (vi) Análise de vulnerabilidades em rede de computadores;
- (vii) Análise de vulnerabilidades em sistemas de informática e ambientes de tecnologia da informação;
- (viii) Terceirização e / ou administração de sistemas de segurança da informação;
- (ix) Projeto e / ou implantação de plano de contingências;
- (x) Projeto e / ou implantação de política de segurança;
- (xi) Projeto e / ou implantação de sistemas criptográficos;
- (xii) Projeto e / ou implantação de firewall;
- (xiii) Teste de invasão.

**CLÁUSULA QUARTA.** O termo "informação sigilosa" pode incluir ainda:

- (i) informações relativas aos projetos realizados pelas PARTES CONTRATANTES que sejam anteriores a qualquer revelação pública do mesmo, incluindo, mas não se limitando, a natureza dos projetos, produção de dados, dados técnicos e de engenharia, dados e resultados de testes, andamento e detalhes de pesquisa, desenvolvimento de produtos e serviços e informações concernentes à aquisição, proteção, execução e licença de direitos de propriedade (incluindo patentes, direitos de cópia e segredos comerciais);
- (ii) informações internas pessoais e financeiras das PARTES CONTRATANTES, nome de fornecedores ou outras informações relacionadas a estes, informações relativas a quaisquer compras e respectivos custos, serviços internos e manuais de operação, maneira e método de conduzir suas atividades;
- (iii) planos de desenvolvimento e marketing; dados de preço e custo; taxas; políticas de cobrança e de tabelamento; técnicas de marketing e métodos de obtenção de negócios; previsões e premissas de previsões; e futuros planos e estratégias potenciais das PARTES CONTRATANTES que tenham sido ou estejam sendo discutidas; e
- (iv) toda informação que se torne conhecida de qualquer pessoa, devido ao desempenho pelo CONTRATADO das suas obrigações perante o CONTRATANTE, e que se possa razoavelmente entender que seja secreta, confidencial e ou reservada ou que as partes contratantes devam tomar medidas de proteção para impedir o seu vazamento.

**CLÁUSULA QUINTA.** "Informação sigilosa" não significará:

- (i) habilidades gerais ou experiência adquirida durante o período da execução do contrato ao qual este Acordo está vinculado, quando as PARTES CONTRATANTES poderiam razoavelmente ter tido a expectativa de adquiri-las em situação similar ou prestando serviços a outras empresas;
- (ii) informações conhecidas publicamente sem a violação deste Acordo ou de instrumentos similares; ou,
- (iii) revelação de informações exigidas por lei ou regulamento, autoridade governamental ou judiciária, devendo as PARTES CONTRATANTES providenciar para que, antes de tal revelação, seja a outra parte notificada da exigência (dentro dos limites possíveis diante das circunstâncias) e lhe seja proporcionada oportunidade de discuti-la.

**CLÁUSULA SEXTA.** Toda informação sigilosa, quer seja desenvolvida pelo CONTRATADO, quer por outros empregados ou consultores do CONTRATANTE, é de propriedade exclusiva do CONTRATANTE, conforme o caso. Estas informações sigilosas serão tratadas e protegidas como tais, de acordo com o estabelecido neste Acordo.

**CLÁUSULA SÉTIMA.** Como consequência do conhecimento de informações sigilosas, os CONTRATANTES deverão guardar segredo a respeito dos negócios realizados, obrigando-se desde já a:

- (i) salvo se imprescindível para fins de execução do contrato, não destruir, usar, copiar, transferir ou revelar a nenhuma pessoa ou entidade, sem prévia e expressa autorização da outra parte contratante, toda e qualquer informação secreta, confidencial e ou reservada;
- (ii) tomar todas as precauções razoáveis para impedir a destruição, uso, cópia, transferência ou revelação inadvertida de qualquer informação secreta, confidencial e ou reservada;



- (iii) entregar imediatamente todas as informações secretas, confidenciais ou reservadas que estejam expressas em qualquer forma física ou efêmera que estejam sob sua posse e controle, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de rescisão do contrato ao qual o presente Acordo está vinculado.

**CLÁUSULA OITAVA.** Os dados, informações e documentos de cada parte contratante, repassados à outra parte por qualquer meio, durante a execução dos serviços contratados, constituem informação privilegiada e, como tal, têm caráter de estrita confidencialidade, só podendo ser utilizados para fins de execução do contrato, ao qual este Acordo é vinculado.

**CLÁUSULA NONA.** É expressamente vedado a qualquer das PARTES CONTRATANTES repassar qualquer informação identificada e caracterizada como sigilosa, inclusive a terceiros contratados para executar atividades decorrentes do contrato ao qual este Acordo está vinculado, exceto mediante autorização expressa da outra parte contratante.

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA.** As PARTES CONTRATANTES declaram-se inteiramente responsáveis pelos atos praticados por seus empregados e ex-empregados, durante ou após a execução do contrato ao qual este Acordo está vinculado, que impliquem no descumprimento de cláusulas do presente Acordo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** As obrigações das PARTES CONTRATANTES neste Acordo produzirão efeitos a partir da data da assinatura do instrumento contratual ao qual o presente Acordo está vinculado. Qualquer violação ou ameaça de violação a este Acordo irá constituir justa causa para imediata rescisão do contrato de prestação de serviços firmado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** As obrigações das PARTES CONTRATANTES derivadas deste Acordo permanecerão em vigor e produzirão seus regulares efeitos mesmo após a extinção do contrato ao qual este Acordo está vinculado, conforme cada uma das disposições do presente Acordo, continuando válidas e com efeito, a despeito de qualquer violação deste Acordo ou do contrato de prestação de serviços firmado.

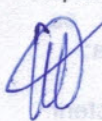



**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** Se qualquer dispositivo ou convenção deste Acordo for determinado nulo ou inexecutável, no todo ou em parte, não afetará ou prejudicará a validade de quaisquer outras convenções ou dispositivos do mesmo, sendo cada uma de suas convenções ou dispositivos considerados separada e distintamente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.** Os CONTRATANTES reconhecem expressamente que:

- (i) receberam uma cópia deste Acordo;
- (ii) tiveram tempo suficiente para analisar este Acordo;
- (iii) leram e compreenderam os termos deste Acordo e suas obrigações dele derivadas;
- (iv) têm ciência que não haverá outro acordo ou aditivos que revoguem os termos deste Acordo, em nenhuma hipótese.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.** As PARTES CONTRATANTES declaram e concordam que as restrições impostas por este Acordo são necessárias para proteger seus interesses com respeito à propriedade das informações sigilosas, à propriedade intelectual e aos projetos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA.** Este Acordo obriga a todas as pessoas, físicas ou jurídicas, de qualquer modo vinculadas às PARTES CONTRATANTES, as quais sejam repassadas informações privilegiadas ou sigilosas, nos termos deste Acordo, que entra em vigor na data de sua assinatura, em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando as PARTES CONTRATANTES, seus representantes legais e sucessores, inclusive após o encerramento do contrato ao qual o presente Acordo está vinculado.


   



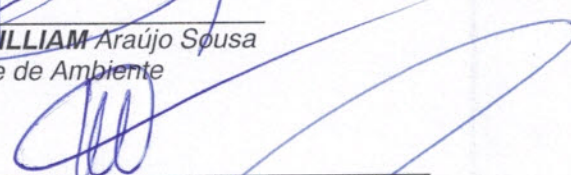
Para dar eficácia a este Instrumento, as partes assinaram o presente em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas:

Fortaleza-CE, 22 de fevereiro de 2019.

Pelo **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**  
*Ambiente de Estratégia de Suprimento de Logística*  
*Célula de Licitações e Contratos*




\_\_\_\_\_  
José **WILLIAM** Araújo Sousa  
Gerente de Ambiente



\_\_\_\_\_  
Antônia **KELVIANE** da Silva Jorge Adriano  
Gerente Executivo - DIRGE

Pela **INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES EIRELI.**



\_\_\_\_\_  
**BRUNO** Giovanni Pessoa de Oliveira Andriola  
Representante Legal  
CPF: 009.863.904-88

TESTEMUNHAS:



\_\_\_\_\_  
Maria Juliana Gomes Julião  
CPF: 026.883.133-55  
RG: 2003029081969



\_\_\_\_\_  
Gláucia Maria Barrocas Santos  
CPF: 381.066.553-34  
RG: 97002350605 SSP-CE



Para dar eficácia a este instrumento, as partes assinaram o presente em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas:

Fortaleza-CE, 22 de fevereiro de 2019.

Peis BANCO DO NORDESTE S.A.  
Arbitrante de Contas de Serviço de Logística  
Cálculo de Custos e Contas

JOÃO LUIZ ALVES BRUNO  
Gerente de Arquivo

ANTÔNIO KELVIANE DA SILVA JORDA ALVARO  
Gerente Executivo - DICE

Peis INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES EIRELI.

BRUNO OLAVO PASSOS DA SILVA ANDRADE  
Representante Legal  
CPF: 009.883.004-88

TESTEMUNHAS

Maria Juliana Gomes Juliao  
CPF: 028.883.133-52  
RG: 2002028081088

Gláucia Maria Santos Santos  
CPF: 381.088.523-34  
RG: 9500230002 SSP-CE

**EM BRANCO**